

15. ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL:

Do **Sr. Vice-presidente** submetendo a adenda ao protocolo celebrado entre o Município de Braga e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.



<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p>11</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva Miguel Antunes Guimarães</p> <p>17/11/2019</p>
--	---

<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017</p> <p>De submeter e especificar to Executivo Municipal o aditamento - a press. (Portado com ANPC por EIP) 19/11/2019</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>19/11/2019</p>
---	---

- Verifica-se que estamos perante uma adenda ao protocolo celebrado entre este Município de Braga e o ANPC em 4 de Maio de 2018, protocolo esse celebrado ao abrigo do DL 248/2012, de 21 de novembro, e que prevê que nos municípios em que se justifique os corpos de bombeiros voluntários podem dispor de equipas de intervenção permanente cuja composição e funcionamento é definida por portaria;
- Que esse protocolo tem o prazo de validade de 3 anos renováveis por iguais e sucessivos períodos de tempo;
- Que a presente "adenda" surge na sequência de um protocolo celebrado entre a ANEPC, a LBP e a ANMP, no dia 4 de abril de 2019, com vista a criar condições para a valorização do estatuto dos bombeiros que integram as equipas de intervenção permanente constituídas nas associações humanitárias e suportadas em parte iguais pelo Município e pela ANEPC, que prevê na sua clausula 3ª que a partir de 1 de julho de 2019 a remuneração



dos elementos que integram aquelas equipas passa a ser 738,5 euros correspondente ao nível 6 da tabela remuneratória , e, na sua cláusula quarta, que até ao dia 1 de julho são celebradas as adendas ao protocolos em vigor celebrados com os municípios.

Neste contexto julga-se dever submeter-se à aprovação do executivo municipal a aprovação da adenda ao referido protocolo uma vez que fomos superiormente informados que o ~~protocolo~~ inicialmente aprovado e em vigor foi submetido a aprovação daquele órgão Municipal .

Alm. S. Paulo
15/7/2015

Nº Informação: 20970

Data: 10/07/2019

Assunto: Criação de Equipas de Intervenção Permanente.

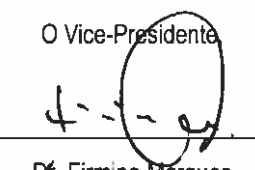
Em 2018 assinamos com a ANPC um Protocolo de Colaboração para a criação de uma EIP – Equipa de Intervenção Permanente, a funcionar nos Bombeiros Voluntários de Braga, conforme documento em anexo, ato aprovado pelo Executivo Municipal.

Com o novo regime da Carreira de Bombeiros, aprovado em Julho 2019, altera-se também o valor da comparticipação do Município, quanto aos vencimentos daquela equipa EIP, pelo que se solicita quanto ao aditamento em anexo, o seguinte esclarecimento:

- Tem este aditamento, em anexo, de ser submetido à Reunião do Executivo Municipal?

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente



Dr. Firmino Marques

Utilizador: Maria Ceu Pereira Costa



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



Homologo

____/____/____

O Ministro da
Administração Interna

(Eduardo Cabrita)

**ADENDA AO PROTOCOLO
CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS
EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE**

Considerando que,

O Governo preconiza o reforço da profissionalização dos Bombeiros, promovendo o desenvolvimento gradual das Equipas de Intervenção Permanente, em parceria com os Municípios e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, e reconhece aos Corpos de Bombeiros a qualidade de parceiros fulcrais no sistema de proteção civil.

Os bombeiros que integram as Equipas de Intervenção Permanente, constituídas nas Associações Humanitárias de Bombeiros, têm conhecimentos e valências que lhes permitem dar resposta adequada nas diferentes missões, em ocorrências cada vez mais exigentes e complexas nas áreas dos respetivos concelhos.

É, assim, imperioso criar condições para a valorização do estatuto dos bombeiros que integrem estas Equipas celebrando a presente Adenda ao "Protocolo Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente" a subscrever entre a Autoridade nacional de Emergência E Proteção Civil, o respetivo Município e a Associação Humanitária de Bombeiros.

Entre:

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pessoa coletiva n.º 600082490, com sede na Av. do Forte, 2794-112 Carnaxide, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes,-----

Município de Braga pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, 4100-435 Braga, neste ato devidamente representado pelo Vice-Presidente, Firmino José Rodrigues Marques,-----



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



[Handwritten signature]

E,

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, pessoa coletiva n.º 501143637, com sede no largo Paulo Osório, 4700-031 Braga, neste ato devidamente representada pelo Presidente, António Miguel Fernandes Ferreira,-----

É celebrado a presente **Adenda ao "Protocolo Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente"** celebrado em 2018 que se rege nos termos e condições das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Alteração da Cláusula Quinta)

1. A Cláusula Quinta do "Protocolo Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente" passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Quinta

(Direitos dos elementos da EIP)

1. *A remuneração base mensal é estabelecida em 738,05€ (setecentos e trinta e oito euros e cinco cêntimos), correspondente ao nível 6 da tabela remuneratória aplicável à Administração Pública, sendo atualizável anualmente na mesma percentagem do aumento que se verificar para os salários dos trabalhadores da Administração Pública.*
2. *O pessoal contratado tem direito a subsídio de férias e de Natal, de montante equivalente à remuneração base ou ao seu proporcional, de acordo com a legislação em vigor, pago com o vencimento dos meses de Junho e Novembro, respetivamente.*
3. *É devido subsídio de refeição pelos dias de prestação de serviço efetivo, no montante equivalente ao estabelecido para a função pública e que no presente ano económico é de 4,77€ (quatro euros e setenta e sete cêntimos) por dia.*
4. *Relativamente ao elemento que exerça funções de chefia da EIP, é devido um suplemento mensal, correspondente a 25% sobre o valor base referido no n.º 1 desta Cláusula.*
5. *A atribuição do suplemento de chefia depende do exercício efetivo das funções.*
6. *Sobre o vencimento mensal são efetuados os descontos legalmente previstos.*

Cláusula Segunda



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



(Entrada em Vigor)

A presente Adenda entra em vigor no dia 1 de julho de 2019.

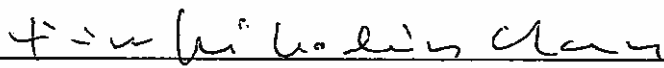
Feito em quadruplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes e outro à entidade homologante.

Braga, 03 de julho de 2019


O Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Carlos Manuel Mourato Nunes

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga


Firmino José Rodrigues Marques

**O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
de Braga**


António Miguel Fernandes Ferreira

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA PROTEÇÃO CIVIL

30/04/2018



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA PROTEÇÃO CIVIL

Em anexo, remete-se o modelo de Protocolo a celebrar, bem como o Guia de Procedimentos para a Constituição das Equipas de Intervenção Permanente.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário de Estado da Proteção Civil


José Artur Tavares Neves

Ministério da Administração Interna
Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil
Praça do Comércio, Ala Oriental – 1149-014 Lisboa



QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2019

Decreto-Lei n.º 86/2019

✓ **Publicação:** Diário da República n.º 124/2019, Série I de 2019-07-02

✓ **Emissor:** Presidência do Conselho de Ministros

✓ **Entidade Proponente:** Administração Interna

✓ **Tipo de Diploma:** Decreto-Lei

✓ **Número:** 86/2019

✓ **Páginas:** 3310 - 3313

🖨 **ELI: (Identificador Europeu da Legislação)** <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/86/2019/07/02/p/dre>

📄 **Versão pdf:** Descarregar 📄

RESUMO EM LINGUAGEM CLARA (SEM VALOR LEGAL)

O que é?

Este decreto-lei determina a aplicação das categorias e remunerações previstas para os bombeiros sapadores, aos bombeiros municipais.

O que vai mudar?

A carreira de bombeiro municipal passa a ser equivalente à carreira de bombeiro sapador.

Assim:

- Os bombeiros de 3.ª classe passam a ter a categoria de sapador bombeiro;
- Os bombeiros de 2.ª classe passam a ter a categoria de subchefe de 2.ª classe;
- Os bombeiros de 1.ª classe passam a ter a categoria de subchefe de 1.ª classe;

- O subchefe passa a ter a categoria de subchefe principal.
- O chefe passa a ter a categoria de chefe de 2.ª classe.

Os bombeiros municipais recebem o ordenado de acordo com a tabela remuneratória que se aplica aos bombeiros sapadores.

O regime da carreira dos bombeiros sapadores passa a aplicar-se:

- Aos profissionais da força especial de proteção civil da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Aos sapadores florestais da Força de Sapadores Bombeiros Florestais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.).

Que vantagens traz?

Este decreto-lei uniformiza as carreiras de profissionais com funções idênticas e garante maior qualidade no serviço de proteção civil e socorro à população.

Quando entra em vigor?

Este decreto-lei entra em vigor no dia a seguir ao da sua publicação.

Este texto destina-se à apresentação do teor do diploma em linguagem acessível, clara e compreensível para os cidadãos. O resumo do diploma em linguagem clara não tem valor legal e não substitui a consulta do diploma em Diário da República.